



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado ORLANDO SILVA**

**Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Tributária. – CETRIBUT**

**REQUERIMENTO Nº                      de 2015**

Requer a realização de audiência pública para debater O G100 – Municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica.

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta **Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Tributária. – CETRIBUT** a realização de audiência pública para debater O G100 – Municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica.

**Participantes:**

Sérgio Ribeiro – Prefeito de Carapicuíba (SP) e Vice-Presidente da FNP para o g100

Jairo Jorge da Silva – Prefeito de Canoas (RS) e Vice para a Reforma Federativa da FNP

Aparecido Sérico da Silva – Prefeito de Araçatuba (SP) e Vice para a Reforma Tributária da FNP

Maria Antonieta de Brito – Prefeita de Guarujá (SP) e Vice de Finanças Públicas da FNP

**JUSTIFICATIVA**

A presente audiência pública se faz necessária para debatermos com os membros da Frente Nacional de Prefeitos - FNP que coordenam agendas relativas à

Reforma Tributária, sobretudo O G100 – Municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica.

Os municípios do g100 é o resultado dramático do descompasso entre a divisão do bolo tributário nacional e do vertiginoso processo de urbanização que o Brasil sofreu a partir da década de 1970.

Enfrentando uma complexa realidade de escassez de recursos públicos e uma população representativa em situação de vulnerabilidade, o **g100** tem tido dificuldades em superar os efeitos das distorções federativas. Geograficamente localizados em regiões metropolitanas, à margem dos grandes centros, ou como cidades-polo de regiões economicamente deprimidas, os municípios do **g100** reúnem cerca de 12% da população do país. Propiciar a esses brasileiros um conjunto de serviços públicos básicos e uma digna qualidade é um grande desafio.

Nesse sentido, romper esse pernicioso cerco das desigualdades tributárias e realizar uma reforma tributária democrática para o desenvolvimento brasileiro, combinando as questões econômicas com os interesses sociais e políticos, o dialogo com os representantes desses importantes municípios se faz relevante nesse importante e necessário processo ao qual essa comissão especial se debruçara sobre a Reforma Tributária.

Nesses termos, pede-se deferimento da referida solicitação.

Sala da comissão,        de agosto de 2015

**ORLANDO SILVA**  
**PCdoB /SP**